Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

4.ª Repartição

DECRETO N.º 1:315

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, e nos termos do artigo 104.º do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que à Câmara Municipal do Pôrto seja cedido, a título de arrendamento, o presbitério da freguesia da Foz do Douro, a fim de ali se estabelecer uma escola de ensino primário, mediante a renda anual de 100\$, que será paga à Comissão Central de Execução da citada lei, por intermédio da sua delegada no concelho respectivo, ficando a cessionária obrigada a fazer à sua custa todas as despesas de reparação, conservação e seguro do prédio cedido, bem como ao pagamento dos impostos que sobre ela venham a incidir.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga — Guilherme Alves Moreira.*

DECRETO N.º 1:316

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, e nos termos do artigo 104.º do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que à Câmara Municipal do concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, seja cedida, a título de venda, a capela de Santo António, que está em ruínas, não serve para o culto nem é necessária para elle, a fim de ser demolida e se aproveitar o terreno occupado por ella e pelo adro (cêrca do 383 metros quadrados) para alargamento da Praça do Registo Civil, mediante a quantia de 100\$, que será paga pela referida Câmara Municipal à Comissão Central de Execução da citada lei, por intermédio da sua delegada no supramencionado concelho, na certeza de que da cedência feita pelo presente decreto fica excluído qualquer altar, imagem, sino ou objecto destinado ao culto, dos quais tomará conta a dita comissão concelhia, fazendo-os guardar convenientemente.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga — Guilherme Alves Moreira.*

DECRETO N.º 1:317

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, e nos termos do artigo 104.º do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que à Direcção das Obras Públicas do distrito de Leiria sejam cedidos, a título de expropriação, 1:187 metros quadrados do terreno do passal da freguesia das Colmeias, do concelho e distrito de Leiria, entre os perfis 173 e 179 da estrada nacional n.º 63, Caldas da Rainha a Coimbra, para a construção da mesma estrada, mediante a quantia de 71\$22, que será entregue pela sobredita Direcção das Obras Públicas à Comissão Central de execução da citada lei, por intermédio da sua delegada no mencionado Conselho, importância com que se dará entrada no cofre competente.

O Ministro da Justiça e dos Cultos o tenha assim entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga — Guilherme Alves Moreira.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

DECRETO N.º 1:318

Estando próximo a finalizar o prazo, durante o qual são isentas de direitos de carga as embarcações entradas no pôrto do Funchal, isenção esta que, havendo sido estabelecida por cinco anos pelo § único do artigo 4.º da lei de 16 de Setembro de 1890, tem sido sucessivamente mantida por meio de prorrogação daquele prazo, por decretos de 30 de Abril de 1895, 26 de Abril de 1900, 4 de Janeiro de 1905 e 17 de Fevereiro de 1910;

Considerando que é de reconhecida vantagem económica e mormente nas actuais circunstâncias a manutenção da mencionada isenção;

Considerando que ficou pendente de resolução do Congresso da República uma proposta de lei sobre este assunto, apresentada pelos Deputados da Madeira, na sessão de 14 de Dezembro último, estabelecendo definitivamente a isenção aludida:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, de conformidade com o parecer do Conselho de Ministros, e usando da faculdade conferida ao Governo pela lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A isenção de direito de carga estabelecida pelo § único do artigo 4.º da lei de 16 de Setembro de 1890, durante o prazo de cinco anos, sucessivamente prorrogada por decretos de 30 de Abril de 1895, 26 de Abril de 1900, 4 de Janeiro de 1905 e 17 de Fevereiro de 1910, é mantida até ulterior decisão do Congresso.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 10 e publicado em 12 de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga — Joaquim Pereira Pimenta de Castro — Pedro Gomes Teixeira — Guilherme Alves Moreira — Herculano Jorge Galhardo — José Joaquim Xavier de Brito — José Jerónimo Rodrigues Monteiro — José Nunes da Ponte — Teófilo José da Trindade — Manuel Goulart de Medeiros.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

DECRETO N.º 1:319

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acêrca do recurso n.º 14:073, relatado pelo vogal efectivo Dr. Alberto Cardoso de Meneses, e interposto pelos segundos tenentes da armada, João Frederico Júdice de Vasconcelos e Jorge Xavier Cordeiro, em serviço na estação naval de Moçambique, contra a alteração dos seus números de ordem na lista de antiguidades dos officiais de marinha:

Mostra-se que os recorrentes tem no lista anual de antiguidades dos officiais da armada, referida a 31 de Dezembro de 1911, fl. 43 do processo, os n.ºs 265 e 266 na classe de officiais de marinha, inferiores na escala aos n.ºs 254 a 264 occupados pelos primeiros tenentes Francisco Gonçalves Queiroz, Manuel Corrêia de Almeida Mergulhão, Artur de Sacadura Freire Cabral, Aires de Gouveia Alcoforado, Henrique Caseira da Silva, Augusto Goulart de Medeiros, Manuel Gonçalves de Campos Rueda, Luis Danin Lôbo, José Afonso Valentim Pedroso de Lima, Vitor de Assis Duarte Ferreira e António Alemao de Cisneiros de Faria, quando pela anterior lista referida a 31 de Março lhes cabia, ao recorrente Vasconcelos, o lugar imediatamente anterior a todos e ao recorrente Cordeiro, o lugar entre Danin Lôbo e Pedroso de Lima;

Contra estas alterações alega o recorrente Vasconcelos, ao abrigo dos artigos 135.º e seguintes do decreto de 14 de Agosto de 1892, que em 15 de Setembro de 1911, estando a desempenhar em Benguela o lugar de governador do distrito, solicitou telegraficamente a sua apresentação imediata na estação naval de Angola, a fim de concluir o seu tirocínio de embarque, por lhe constar o restabelecimento da promoção, suspensa por decreto de 8 de Novembro anterior, e a proximidade do seu chamamento, autorizado pelo comandante da estação naval, também telegraficamente fez a sua apresentação em 16, e só pessoalmente em 21, por haver recebido ordem do governador geral para não entregar o governo do distrito ao official mais antigo, conforme pedira e a lei permitia, mas esperar pelo substituto, que só o rendera em 19, tal impedimento de apresentação pessoal no dia 16, estranho à sua vontade, e motivado por serviço público, não deve obstar contagem da sua antiguidade, como se estivesse embarcado no dia 16, artigo 71.º e parágrafos do citado decreto de 1892, e esta situação não podia ser alterada pelos decretos de 23 de Outubro e 23 de Dezembro de 1911, que interpretando o de 29 de Março retrotraíram as datas das promoções de Setembro e Outubro;

Expõe de seu lado o recorrente Cordeiro que em 21 de Setembro de 1911 estava apresentado na estação naval de Angola, em tirocínio, e a essa data não lhe competia a promoção a ele, nem por maioria de razão aos officiaes mais modernos, os três últimos recorridos; garantindo-lhe o artigo 71.º do decreto de 1892 a antiguidade que então contava, não podiam tirar-lhe as promoções posteriores; e se o decreto de suspensão de promoções não devia trazer prejuizo a ninguém, retrotraindo-se, com esse fundamento, e por decreto de 23 de Dezembro de 1911, as promoções feitas posteriormente, o mesmo critério deverá applicar-se a ele recorrente, para ocupar na classe o lugar que lhe compete pela classificação final do seu curso;

Juntam ambos os interessados vários documentos, e desenvolvem os fundamentos dos recursos em ultteriores alegações, instruídas com mais documentos comprovativos da matéria de facto;

Informa o Ministro da Marinha que os recorrentes estiveram exercendo comissões por muito tempo, faltando-lhes o tirocínio exigido por lei quando se deram as promoções de Agosto e Setembro de 1911; só em 21 deste último mês fizeram a sua apresentação pessoal e foram aumentados ao efectivo da estação naval de Moçambique; e como passaram para datas anteriores as promoções de Setembro e Outubro de 1911, em virtude do requerimento de vários officiaes, para se lhes contarem as antiguidades desde que ocorreram as diferentes vagas, conforme sucederia se não tivesse havido a suspensão determinada por decreto de 8 de Novembro de 1910, e levantada por decreto de 29 de Março de 1911, ficaram os recorrentes preteridos pelos officiaes mais modernos, com promoções referidas a época anterior àquella data de 21 de Setembro, dos quais o último foi António Alemao de Cisneiros de Faria, primeiro tenente, de 20 desse mês;

Citados os officiaes interessados para dizerem o que se lhes offerecesse acêrca do recurso, concordaram uns no provimento deste, nada responderam outros, declararam alguns não ter que opor, reservou um deles a sua intervenção futura e impugnou outro os fundamentos do pedido do recorrente, Júdice de Vasconcelos, negando feitos à apresentação telegráfica na estação de Angola, afirmando que a apresentação pessoal em 21 não seria antecipada se em 16 fôsse rendido o governador de Benguela, e reportando-se à resposta do Ministro da Marinha quanto à retroactividade das promoções;

Entende o digno agente do Ministério Público que as vagas abertas e preenchidas com preterição dos recor-

rentes ocorreram em 20 e 28 de Setembro, segundo a *Ordem da Armada* de 31 de Outubro de 1911, a fl. 38, estando já nessa época em tirocínio de embarque os mesmos recorrentes; por isso verifica-se a hipótese do § 1.º do artigo 71.º do decreto de 14 de Agosto de 1892, que determinou a procedência do recurso.

Tudo ponderado:

Considerando que o recurso é competente, artigo 135.º do decreto de 14 de Agosto de 1892, e foi apresentado no prazo indicado no artigo 28.º, § único, do regulamento de 25 de Novembro de 1886, applicável aos actos das autoridades do continente;

Considerando que o recorrente, Vasconcelos, autorizado em 16 de Setembro de 1911 a apresentar-se na estação naval de Moçambique, para completar o tirocínio de embarque, foi demorado em Benguela até 19, por motivo de serviço público, que o impediu de se apresentar antes de 21, e descontado o tempo desta demora, à qual não deu causa, nem lhe cabia applicar remédio, deve contar-se do dia 18 essa apresentação, e, consequentemente, o prosseguimento do tirocínio de embarque;

Considerando que, entrado assim em tirocínio de embarque, conservou no dia 20 de Setembro de 1911, quando ocorreu vagatura a preencher pelo mesmo recorrente, Vasconcelos, a sua anterior situação na escala, conforme o artigo 71.º, § 1.º, do citado decreto de 1892;

Considerando que ao recorrente Cordeiro, embarcado no referido dia 20 de Setembro, igualmente aproveita o aludido § 1.º do artigo 71.º, quanto à vacatura a preencher por ele, verificada depois desse dia;

Considerando que as vagas preenchidas pelos recorridos datam de 20, 25 e 28 de Setembro, e 2 e 28 de Outubro de 1911, devendo por isso ficar esses officiaes nos lugares da escala que lhe cabiam antes da promoção, à esquerda dos recorrentes, quando estes entraram no quadro;

Considerando que não obsta à applicação do § 1.º do artigo 71.º a retroactividade dada às promoções dos recorridos, para o efeito de não serem prejudicados com a suspensão decretada em 8 de Novembro de 1910, e levantada em 29 de Março de 1911, porque em favor dos recorrentes milita o mesmo principio de equidade, e as vagas retrotraíram-se nas condições em que se produziram, e com os efeitos determinados por seu aparecimento, aliás seria transformada em privilégio pessoal a medida geral da retroactividade, com violação flagrante dos direitos de terceiro, protegidos pelo citado decreto de 1892, e fora do alcance daquella medida, que não pretendem nem podia affectá-los;

Considerando que nos próprios termos do decreto de 23 de Dezembro de 1911, autorizando a contar aos recorridos as antiguidades nos postos de primeiros tenentes desde as datas em que lhes competia a promoção, designadas para o primeiro em 4, para o segundo em 6, para os seguintes em 11, para o penúltimo em 16, e para o último em 20 de Setembro de 1911, deixam subsistentes as antiguidades dos recorrentes e recorridos na classe de officiaes de marinha, segundo as regras legais da sua contagem, pelas quais hão-de levar-se em conta aos recorrentes as datas effectivas das vacaturas abertas durante o tirocínio de embarque, e não as datas ficticias resultantes da suposição de não ter existido o decreto de 1910, suspensivo das promoções;

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, conformando-me com a referida consulta, nos termos do artigo 43.º do regulamento de 25 de Novembro de 1886, decretar a concessão de provimento nos recursos.

O Ministro da Marinha assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915.— *Manuel de Arriaga* — José Joaquim Xavier de Brito.